

## Ata da reunião ordinária de vinte de dezembro de dois mil e catorze

Aos vinte dias, do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nos termos da alínea d), no nº1, do Artº 14º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no edifício sede da Junta de Freguesia em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Cabaços e Fojo Lobal. A Sessão foi presidida pelo Presidente da Mesa de Assembleia – António Silvestre Lopes Durães. Todos os membros eleitos desta Assembleia de Freguesia se encontravam presentes. Estavam também presentes os membros da Junta de Freguesia. O Presidente da Mesa de Assembleia deu como aberta a Sessão com a seguinte Ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Antes da Ordem do dia: \_\_\_\_\_

1.1. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior \_\_\_\_\_

1.2. Intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia \_\_\_\_\_

1.3. Intervenção dos membros da Junta de Freguesia \_\_\_\_\_

2. Ordem do dia: \_\_\_\_\_

2.1. Apreciação da atividade da Junta de Freguesia \_\_\_\_\_

2.2. Apresentação, apreciação e aprovação do Orçamento e Opções do Plano para o Ano de dois mil e quinze e Plano Plurianual de Investimentos 2014-2017 (dois mil e catorze - dois mil e dezassete)

2.3. Assuntos diversos de interesse para a freguesia \_\_\_\_\_

No ponto Período antes da ordem do dia e antes de iniciar o ponto 1.1., foi apresentada a suspensão de mandato do membro da mesa de assembleia Torcato da Silva Fernandes por motivos de saúde e que durará um ano. Enquanto isso, entra o membro Elisabete Esteves. \_\_\_\_\_

Iniciando o ponto 1.1 foi feita a leitura da ata da sessão anterior. No final intervém Ricardo Durães que felicita a composição da ata, referindo apenas que esta necessita de mais detalhes no que respeita a intervenções do público. Após este breve comentário a ata é votada e aprovada com cinco abstenções e quatro votos a favor. \_\_\_\_\_

Após a votação usa da palavra o membro Álvaro Costa que demonstra o seu contentamento por ver a assembleia cheia e reforça a importância do presidente da mesa de assembleia explicar como funcionará a reunião, assim como a existência de coimas para quem intervir fora do seu tempo enquanto se discutem assuntos relevantes para a freguesia. \_\_\_\_\_

Nos pontos 1.2 ninguém interveio. \_\_\_\_\_

No ponto 1.3. foi apenas lida a atividade da Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

No ponto 2.1. da ordem do dia não houver nenhuma intervenção. \_\_\_\_\_

Passando para a ordem do dia, nomeadamente para o ponto 2.2., foi decidido por unanimidade apenas ler as Grandes Opções do Plano e o Resumo do Orçamento da receita e da despesa, essa leitura foi feita pelo Presidente da Mesa de Assembleia. Intervém o membro Álvaro Costa afirmando que não sabe se



## ATAS

Folha 28

deve confiar neste orçamento pois aparenta que foi feito apenas por ser obrigatório e baseia-se em alcatrão. Caminhos que era suposto estarem prontos este ano, passaram para o ano seguinte. Refere ainda que deve haver poupança pois é mau gastar tudo o que se tem. Outro ponto que o mesmo membro aborda, centra-se no facto de as transferências de capital serem iguais ao montante que existia antes da reorganização administrativa, constatando que é um facto pouco ambicioso. Sugere também ao presidente da Junta de Freguesia que a par da pintura da Sede da Junta se deve criar uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Lança ainda duas outras questões sobre o muro de suporte do caminho da mata e o que se pretende fazer com as obras do polidesportivo. Tomando a palavra, o Presidente da Junta de Freguesia, inicia o seu discurso afirmando que a rampa de acesso já deveria de existir há muitos anos, mas sim, é algo que vai ser feito. Quanto ao muro do caminho da Mata, o mesmo responde que este será necessário para suportar o alargamento da estrada. Relativamente ao polidesportivo, a justificação para as obras prende-se com o facto de este necessitar de pinturas e redes novas. Nesse sentido já efetuou o pedido à Câmara Municipal para uma comparticipação de setenta por cento, uma vez que não se pode avançar com as obras sem mostrar efetivamente que existe o valor correspondente a pelo menos trinta por cento do valor necessário. Posteriormente usa da palavra Ricardo Durães que aborda a questão da legalidade do Orçamento, lembrando que desde à um ano que se tem mostrado intransigente quanto ao cumprimento da lei. Apresenta o artigo quinto, número três no estatuto da oposição, o qual remete para o direito de consulta prévia para apresentação de proposta. Faz ainda referência a uma parte do Orçamento que dá a entender que essa consulta foi feita, quando na realidade não aconteceu. No entanto, não irá fazer uma exposição do assunto pois assume que é preferível assim do que não haver orçamento. O Presidente da Mesa pede que termine o seu discurso, ao que Matilde Mimoso diz que cede o seu tempo a Ricardo Durães. Nesse sentido, Ricardo continua reforçando a ideia de que deviam ter discutido o orçamento do ano anterior. Questiona ainda as grandes opções do plano, defendendo a criação de uma estratégia clara a nível municipal para resolução de problemas. Acrescenta que as medidas apresentadas pelo seu movimento no âmbito do programa eleitoral alertavam para vários fatores importantes e representavam um contributo responsável e consciente das tomadas de decisão. Defendendo a importância da verdade na participação política afirma o seu voto contra o qual será suportado por uma intenção de voto. O Presidente da Mesa intervém dizendo que inconstitucionalidade e ilegalidade são conceitos distintos ao que Ricardo Barros afirma que não basta ler um artigo, é necessário confrontá-lo com a lei. Perante isto, o Presidente da Mesa pede que não se dispersem do objetivo, sendo que Ricardo Barros sublinha o facto de estarmos a falar da legalidade de um documento muito importante. Matilde Mimoso usa da palavra expressando o seu descontentamento e afirmando que o presidente da junta de freguesia queria zero do movimento e como tal questiona a forma de como chegar efetivamente ao mesmo. António Durães responde declarando que a mesma deve dirigir-se à junta de freguesia. Usa da palavra o membro Álvaro Costa que relata o esforço do movimento uma vez



## ATAS

Folha 29

que na última reunião extraordinária havia levado pontos a votação que não tinham sido levados em conta anteriormente. Mais uma vez intervém o membro Ricardo Barros que afirmar ter estado a constatar um fato e não a fazer acusações. A Câmara Municipal de Ponte de Lima segue o procedimento como forma de se salvaguardas e elabora um relatório, sendo que desta forma está a cumprir a lei. Findada a discussão o presidente da mesa de assembleia dá início à votação, sendo o Orçamento e Opções do Plano para o Ano de 2015 aprovado com quatro votos contra e cinco a favor.

Passando para o ponto 2.3. da ordem do dia, inicia o discurso Ricardo Barros que pretende saber o futuro da escola de Fojo Lobal ao que o Presidente da Junta de Freguesia responde que será para alojamento social. Perante esta resposta, Ricardo Barros afirma que o povo quer a escola para a freguesia. Gera-se algum burburinho da sala e após silêncio o mesmo membro prossegue. Ainda no mesmo tema afirma que é tecnicamente inconsciente e afirma que irá propor à Câmara Municipal para que a escola fique para a freguesia. Garante que existem cidadãos prontos a fazer um abaixo-assinado caso não seja obtida aprovação por parte da Câmara Municipal e que uma política de fixação de população exige uma estratégia de emprego, sendo que este ponto enquanto permanecer no discurso não produz benefícios. O Presidente da Mesa de Assembleia afirma concordar caso exista um projeto viável, repudiando a ideia de a escola ficar para a freguesia e acabar por permanecer ao abandono. Ricardo Barros reitera o que foi dito anteriormente por António e afirma que este tem uma posição contrária ao do Sr. Manuel terminando com a promessa de trabalhar numa proposta realmente viável. Intervém seguidamente Álvaro Costa afirmando que a associação suportava os custos e não faz sentido que a escola e o polidesportivo tenham outros fins, pois desta forma não representariam custos extra para a Câmara Municipal. Passando para outra temática, Ricardo Barros questiona o andamento do site da junta de freguesia, referindo que anda há um ano para ser construído, sendo isso inaceitável. Compreende que não é responsabilidade da junta de freguesia mas acredita que esta deveria tomar uma posição mais firme e pressionar a empresa pois este é um instrumento importante para as pessoas que se encontram fora do país. Tendo em conta esta questão o presidente da junta de freguesia afirma que, segundo informações da empresa, segunda feira, dia 22 do mesmo mês, o site será atualizado. Ricardo Barros perguntou o preço do site sendo que o presidente da junta de freguesia diz que tem de consultar os documentos que estão associados a este tema, referindo ainda que não obteve a ajuda prometida por parte dos membros da oposição. Perante esta situação, Ricardo Barros pede que o presidente não falte à verdade pois eles haviam sido os primeiros a entregar a documentação solicitada. Prossegue com mais uma questão dirigida ao presidente da junta de freguesia no sentido de saber o que o levou a aprovar os seis milhões de euros para os Paços do Concelho. Sublinha o facto de o Dr. Abel Baptista e o Dr. Franquelim serem contra a aprovação enquanto que o Sr. Manuel de Barros é a favor. Apela à consciência do mesmo e reafirma estar contra a aprovação. O presidente da junta de freguesia reage afirmando que este assunto não deve ser tratado nesta sessão. Gera-se uma interrupção na sessão por parte do Sr. António Matias e Sr. João Viana sendo



## ATAS

Folha 30

que lhes é pedido que permaneçam em silêncio. Retomando o assunto da escola, Álvaro Costa demonstra o seu entristecimento pois esta representa uma referência da sua infância e não quer ver isso fora. O Presidente da Junta de Freguesia refere que a de Cabaços também será encerrada futuramente. Gera-se novamente barulho na sala. Usa da palavra o membro Pedro Dias afirmando que se existe uma associação que pretende ocupar o espaço, ele próprio prontifica-se a ajudar. Gera-se novamente barulho na sala e o presidente da mesa de assembleia pede silêncio. Intervém Ricardo Barros que felicita Pedro Dias pela posição tomada e volta a referir que, tendo levantado a questão da escola, se comprometem a apresentar um projeto para salvar a mesma, juntando-se à associação. O mesmo membro é interrompido pelo Sr. João Viana. Prossegue Álvaro Costa dizendo que a Alcateia da Nó é uma associação legal que assumiu as despesas numa carta enviada à Câmara Municipal de Ponte de Lima, sendo esta recusada. Defende que a mesma associação tem um plano só necessita do espaço. Pedro Dias diz ser necessário marcar uma reunião com o presidente da câmara e compromete-se a ajudar. Álvaro Costa pede que ele se reunia com a Alcateia da Nó para discutir esse assunto. Intervém a Sra. Ângela que pergunta se podem contar com a junta de freguesia para lutar pela escola. O presidente da junta de freguesia afirma fazer tudo o que pode e já pediu ajuda nesse sentido, mas sem sucesso. A escola esta fechada há seis anos e ninguém quis saber durante esse tempo. Novamente gera-se barulho na sala e conversas paralelas entre os presentes. António Durães, após pedir silêncio, passa a palavra ao senhor António Costa que defende que se fossem mais pessoas talvez se torna-se mais fácil e é necessário cativar as pessoas para o projeto. Interpela-o o Senhor Casimiro dizendo que se podiam apresentar as duas opções à população, seja para habitação social ou para sede de associação. Susana Dantas usa da palavra e sublinha o facto de ninguém querer que o edifício seja para habitação. Sendo este um assunto delicado, gerou-se burburinho durante algum tempo. O senhor António questiona o senhor Casimiro sobre a escola que este havia frequentado, sendo que o mesmo diz não interessar para a discussão, uma vez que é mais importante a freguesia do que a sua vida pessoal. Álvaro Costa intervém dizendo que o senhor Casimiro estaria a pedir um referendo e desconhece a mais-valia que traria para a freguesia. \_\_\_\_\_  
Por nada mais haver a tratar, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por encerrada a Sessão e eu, Cátia Marlene Felgueiras Viana, a redigi e após ser lida e aprovada será assinada. \_\_\_\_\_

Presidente: António Silvestre Lopes Durães

1º Secretário: Cátia Marlene Felgueiras Viana

2º Secretário: José Oliveira Pinto